

Autora: Milena Fernandes de Oliveira

Profa. Dra. Depto de História e Política Econômica-IE-UNICAMP

Resumo

O artigo se propõe a trabalhar sobre a economia política de Friedrich List a partir de um ponto de vista bastante específico: a ideia de nação. Publicados em 1841, *O sistema nacional de economia política* de List estabelece um duro diálogo com a *Riqueza das nações* de Smith, nucleando o debate em torno da ideia de nação. Em List, a nação, como sinônimo de forças produtivas, é uma crítica à ideia de nação como mercado que se põem a comerciar livremente com outras nações também constituídas como mercado. Essa nova ideia de nação é produto de um conjunto de transformações estruturais (e não somente culturais ou mentais) que se precipitam nas Revoluções de 1830 e 1848 na Europa e que resultam na emergência de uma nova forma de Estado, o Estado-nação. A economia política elabora suas críticas na medida em que o capitalismo se transforma. A nação, no sistema nacional de economia política de List, sintetiza a unificação do território, a consolidação da indústria nacional e um mercado interno livre de barreiras e interligado por uma moderna rede de transportes. De uma maneira contraditória, essa ideia de nação, que não prescinde de um grande território e um império, vai de encontro ao princípio da nacionalidade e, segundo o qual, cada povo, ainda que muito pequeno, tem direito ao seu próprio território. Os Estados unificados e industrialmente desenvolvidos constroem impérios imensos que, no plano concreto, contrariam o princípio da nacionalidade.

Abstract

The article intends to work about Friedrich List political economy starting from a specific point of view: idea of nation. Published in 1841, *The National System of Political economy* establishes a hard dialogue with the *Wealth of nations* written by Smith. The criticism is built around the idea of nation. In List, the nation, as synonym of productive forces, is a critic to the Smith's nation idea as a free market. The List's idea of nation is product of a group of structural (and not only cultural or mental) transformations that occurred during the Revolutions of 1830 and 1848 in Europe. The result is the emergency of a new form of State, the nation-State. The political economy

elaborates their critics in the measure in capitalism changes. The nation, in the national system of political economy of List, synthesizes the unification of the territory, the consolidation of the national industry and an internal market free from barriers and interlinked by a modern net of transports. In a contradictory way, that nation idea is based in great territory and its empire and not on the nationality principle, according to which, each people, yet that very small, has the right to its own territory. The unified and industrially developed States build immense empires that, in practical terms, contravenes the principle of nationality.

A economia política de Friedrich List e o nacionalismo alemão

O trabalho desenvolvido neste artigo consiste em relacionar o processo de unificação alemã ao surgimento de uma “nova” economia política, que se contrapõe à economia política do terceiro quartel do século XVIII, principalmente à economia política inglesa.

O que chamamos por “nova” economia política corresponde a uma nova maneira de conceber uma sociedade assentada no progresso material. Entendemos por economia política a elaboração de uma compreensão sobre a sociedade capitalista, que sistematiza os seus mecanismos de funcionamento e estabelece também uma crítica ao momento presente.¹ Em meados do século XIX, o capitalismo se consolida, avançando rumo ao continente europeu. É o momento das industrializações tardias, da ascensão dos Estados-nação e do avanço do processo de secularização da sociedade.

A Alemanha é um caso paradigmático na configuração dessa “nova” economia política em razão de suas próprias contradições: diferenças entre o leste feudal e o oeste em processo de modernização acelerada; não-formação do Estado centralizado, em razão da tensão entre os poderes locais e o poder universal do imperador do Sacro Império; atraso econômico e social em relação à Inglaterra.

A compreensão da economia política alemã da primeira metade do século XIX passa, necessariamente, pela ideia de nação que se configura no pensamento econômico alemão e cuja expressão máxima é a obra *Sistemas de Economia Política*, de Friedrich List. É preciso ter clareza de que o nacionalismo é menos uma causa da unificação, do que sua consequência e, nesse sentido, a economia política o precede. Esta é uma observação de fundamental importância, uma vez que a temática do nacionalismo é bastante fluida e fugidia, em razão de sua complexidade. Afinal, é possível estabelecer múltiplas relações entre Estado, nação e território, muitas temporalidades e o aparecimento de uma economia política anterior ao próprio nacionalismo, pode ser uma

¹ “Toda visão global da história constitui uma genealogia do presente. Seleciona e ordena os fatos do passado de forma que conduzam em sua seqüência até dar conta da configuração do presente, quase sempre com o fim, consciente ou não, de justificá-la. Assim, o historiador nos mostra uma sucessão ordenada de acontecimentos que vão se encadeando até dar como resultado ‘natural’ a realidade social em que vive e trabalha (...) não se trata de uma reelaboração individual dos dados do passado à luz das preocupações do historiador, senão, de algo que se realiza coletivamente e que tem uma função social. (...) A descrição do presente (...) completa-se com o que chamo, genericamente, uma ‘economia política’, isto é: uma explicação do sistema de relações que existem entre os homens, que serve para justificá-las e racionalizá-las. (...) Dessa evolução do passado ao presente, mediatizada pelo filtro da economia política, obtém-se uma projeção até o futuro: um projeto social que se expressa numa proposta política”. (FONTANA, 1998: 10).

pista da possível relação entre formação e consolidação do capitalismo e o surgimento da ideia de nação.

Antes de começarmos a tecer as relações entre a economia política e o nacionalismo alemão, algumas considerações preliminares são necessárias.

A economia política é compreendida aqui como a ciência do capitalismo nascente. Não se restringe, no entanto, a pensar a sociedade que nasce do processo de industrialização e da Ilustração. A economia política é também responsável por uma projeção futura, que supere as desigualdades e injustiças da sociedade presente. Nesse sentido, a economia política, como ciência do capitalismo, vincula-se à utopia de uma sociedade de indivíduos livres e iguais. Ela é a compreensão do presente, enquanto a utopia liberal é um projeto de futuro.

Por esse motivo, à medida que o capitalismo se consolida, as críticas à economia política se sucedem umas após às outras. Uma economia política supera a anterior na medida em que o capitalismo reproduz o seu presente de desigualdade e injustiça, mostrando os limites da utopia liberal. Isso acontece com Ricardo em relação a Smith, com List em relação a estes, bem como com Marx em relação aos três. Cada economia política sistematiza, em novos termos, a sociabilidade entre indivíduos livres e iguais pela via do mercado, verificando, a partir de algumas variáveis, como preços e renda, qual seria a distribuição e como esta poderia ser ou não justa. É com Marx, no entanto, que a utopia liberal é substituída pela utopia socialista.

Claro está que a economia política é um produto do mundo moderno, do capitalismo e da modernidade capitalista.² Nesse sentido, a economia política também se transforma à medida que as contradições inerentes ao mundo capitalista se desdobram. Por isso, podemos falar de “economias políticas” e de “críticas às economias políticas”. Neste artigo, pretendemos focar em um dos aspectos de uma dessas críticas: a ideia de nação em Friedrich List.

Dada a unificação tardia, a Alemanha nos fornece um campo de estudos privilegiado ao estudo da nação. No entanto, não podemos estudar a nação alemã pelo que ela ainda não é. Dessa forma, abarcando os processos mais gerais que caracterizam a formação da economia política alemã, podemos ter uma noção mais clara do que foi o nacionalismo no século XIX e sua possível relação com o capitalismo.

² Por modernidade capitalista entendemos os valores relacionados, no plano de vista da sociabilidade e da cultura, ao processo de racionalização.

As unificações tardias são um tema de extrema complexidade. Estão envoltas pelo véu da dissolução incompleta do mundo feudal e sua passagem inconclusa ao mundo moderno. Tanto a Alemanha e a Itália, que caracterizam os exemplos de unificação tardia mais clássicos (a Polônia também é considerada uma unificação tardia, mas por diferentes motivos), tinham ainda resquícios dos poderes universais medievais, respectivamente o Sacro Império e o Papado, que impediram a unificação territorial.

Por outro lado, a unificação é também o pressuposto da formação do mercado nacional. A unificação representa a destruição das hierarquias características do mundo feudal, centralizando o poder nas mãos do Estado absolutista, mas também a abolição de tarifas e taxas que impeçam o desenvolvimento do comércio. Política e economia caminham juntas e o mercado é a contraface econômica do Estado.

Pela primeira vez na História, a economia e a política se fundem na expressão de uma nova realidade territorial: a nação. A nação apresenta uma ambiguidade: é uma invenção e uma realidade, que se assenta sobre três aspectos bastante concretos: a construção do mercado, a formação do Estado nacional e o nascimento do capitalismo.

Desde os seus primórdios, a economia política utiliza a ideia de nação como um aspecto central da compreensão da realidade econômica dos Estados. Não nos esqueçamos de que a economia política tem tanto diretrizes práticas, relacionadas à política econômica, como pressupostos teóricos, ligados ao estudo da esfera do econômico e de suas variáveis em abstrato.

Feitas as considerações preliminares de cunho teórico, traçamos um segundo conjunto de considerações, relacionadas ao nosso interesse pelo caso alemão e por sua expressão específica da ideia de nação.

O caso alemão é um caso de múltiplos paradoxos. Em primeiro lugar, não é o território político que precede o território econômico, mas, ao contrário. A unificação das tarifas aduaneiras, um projeto da Confederação Germânica, começa por volta de 1818 e ganha força em 1834 com o Zollverein. Além das tarifas, a construção das estradas de ferro, visando a acelerar as trocas inter-regionais, é um outro aspecto econômico não de somenos importância na unificação. A forma como se dá a industrialização alemã é um outro elemento importante. Atrasada em relação à indústria inglesa, no que se refere ao têxtil, ao carvão e ao ferro, a indústria alemã teve de desenvolver um Estado para que desenvolvesse a si mesma.

Em segundo lugar, os autores da economia política alemã, como Schmoller e List, não usam a História simplesmente como um recurso para ilustrar sua teoria, mas

como um conhecimento que constitui a essência de sua economia política. Oriundos da Escola Histórica Alemã, os autores veem a história como um processo evolutivo, mas não unidirecional. Este é um argumento importante, porque, ao contrário dos economistas políticos ingleses, a História não será necessariamente a mesma para todas as nações. Os caminhos para o progresso são múltiplos, embora, exista um ponto ao qual se anseie chegar e este é dado pela nação mais desenvolvida do período. Aliás, aqui, a ideia de nação no Império Prussiano reveste-se do seu caráter mais pleno, porque é pela História que as especificidades se manifestam e são essas especificidades que contribuem para a constituição de capitais específicos, de fundamental importância para o desenvolvimento das nações. (BOIANOVSKY, 2013)

No que se refere à especificidade da formação econômica alemã, ressalta-se o caráter tardio de sua unificação territorial. A crise do século XVII, geral a toda a Europa, ao invés de reforçar os laços que permitiriam a unificação territorial, fortaleceu os poderes locais, que, embebidos da reforma religiosa, impediram a unificação política sob um único reino.³ A religião serviu de arma contra o Sacro Império Romano Germânico, ligado ao Papado, e os poderes dos condes tornaram-se mais fortes do que o poder do rei da Prússia. O Sacro Império somente chegaria ao fim em 1806, com Napoleão. Em seu lugar, as “Alemanhas” reunir-se-iam dentro de uma confederação.

A terceira especificidade do caso alemão refere-se ao paradoxo do liberalismo, que começa a mostrar o seu viés ideológico na medida que a industrialização se concretiza. List é um liberal político, mas não é um liberal econômico. Nega-se a adotar os pressupostos de Smith quanto aos fatores envolvidos no aumento da riqueza de uma nação. Para ele, a liberdade de Smith não passa de um mal-entendido:

(...) deparamos com uma concepção equívoca e falsa, que tem gerado muitos erros, ocasionados pelo abuso do termo ‘liberdade’. Fala-se de liberdade de comércio nos mesmos termos em que se fala de liberdade religiosa e de liberdade civil ou municipal. Assim é que o termo ‘comércio livre’ se tornou popular, sem estabelecer a necessária distinção entre a liberdade de comércio dentro do Estado e a liberdade de comércio entre nações diferentes, apesar de essas duas serem tão distintas entre si como o céu e a terra, no que tange à sua natureza e à sua operação. Com efeito, ao passo que as restrições no comércio interno de um Estado só se compatibilizam com a liberdade dos cidadãos em casos muito raros, no caso do comércio internacional já

³ A reforma religiosa é um dos aspectos da crise, que, segundo Trevor-Roper, caracterizou-se por uma luta da sociedade contra o Estado. Um dos resultados mais claros foi a definição do absolutismo segundo as linhas traçadas pelo mercantilismo, que é considerado a saída econômica e política para a crise do século XVII. (TREVOR-ROPER, In SANTIAGO, 1974).

perfeita compatibilidade entre o grau máximo de liberdade individual e um alto grau de política protecionista.(LIST, 1989 (1841): 14).

Tocamos aqui em um ponto necessário, embora muito nebuloso, que é o paradoxo liberalismo-protecionismo. Para que possamos entender a complexidade da ideia de nação e sua expressão na economia política alemã, particularmente na de Friedrich List, é importante entender como nacionalismo e liberalismo se relacionam e como o desenvolvimento da nação necessariamente passa pelo protecionismo empreendido pelo Estado.

Para tornar o ponto menos complicado, assumimos como correta a formulação de Pierre Rosanvallon, segundo a qual, o liberalismo é uma utopia no século XVIII, mas uma ideologia no século XIX. Retomando a contraposição entre ideologia e utopia de Karl Mannheim, Rosanvallon apoia a ideia de que o liberalismo é uma utopia enquanto o capitalismo não se realizou, mas torna-se uma ideologia a serviço da burguesia, quando aquele se consolida. Se o nacionalismo é um desdobramento do liberalismo, então, ele também é uma forma de expressão da ideologia burguesa. (ROSANVALLON, 2002)

Na Confederação Prussiana, o paradoxo do liberalismo se externaliza, porque, embora os autores da economia política sejam liberais políticos, a favor da monarquia constitucional, não são, de forma alguma, liberais econômicos. Esse paradoxo expressa-se na sua concepção de nação, que é a concepção que fundamenta a forma de Estado emergente da Primavera dos Povos: o Estado-nação. O Estado deve ser protecionista, tanto em relação à indústria, quanto em relação à agricultura; deve ser um ativo investidor na esfera do mercado; deve contribuir na formação de um quadro educacional à altura do progresso de seu povo; deve ser composto de quadros informados pelo objetivo de desenvolvimento da nação. Esta, por sua vez, a nova realidade do Estado: um Estado forte é um Estado industrial.

Veja como, no excerto a seguir, a liberdade é um aspecto necessário ao desenvolvimento dos povos, mas não se entende por liberdade a completa ausência de barreiras de comércio com outras nações, permitindo que os interesses individuais se sobreponham aos interesses nacionais. A definição de liberdade em List é a de uma nova liberdade, que desperta com as Revoluções de 1830. Essa liberdade supera a “liberdade caótica” da sociedade civil, que se organiza em torno do Estado, o qual, por sua vez, cria o indivíduo-cidadão em lugar do indivíduo-súdito. Esse Estado, uma monarquia constitucional ou uma república, é o Estado também livre; livre das amarras

do Antigo Regime. A Inglaterra, primeiro país a tornar suas instituições livres é o país que mais se desenvolve:

O surgimento e o aumento real da indústria e do poderio da Inglaterra datam somente dos dias em que foi efetivamente estabelecida a liberdade nacional da Inglaterra, enquanto a indústria e o poderio de Veneza, das cidades hanseáticas, dos espanhóis e dos portugueses decaíram simultaneamente com a sua perda de liberdade. Por mais operosos, econômicos, inventivos e inteligentes que sejam os cidadãos isolados, nunca poderiam suprir a falta de instituições livres. (LIST, 1989 (1841): 81).

List, herdeiro do cameralismo alemão, é o sujeito que, juntamente com Hamilton, estará à dianteira da formulação desse novo conceito de nação, que escancara a sua relação com os movimentos da sociedade capitalista.

A Escola Histórica Alemã e a “verdadeira” economia política

Para traçarmos uma relação precisa entre a economia política alemã e a ideia de nação, é necessário estabelecermos o lugar da História no pensamento alemão. Em primeiro lugar, questionando a importância da História para a economia política alemã e, posteriormente, para a ideia de nação. Lembremos que a ideia de nação de List é a ideia revolucionária, que se consolida com o movimento da Primavera dos Povos, de 1848, e se reporta a uma nova forma de Estado, o Estado-nação.

A Escola Histórica Alemã, que tem como expoentes Wilhelm Roscher, Karl Knies, Gustav von Schmoller, Werner Sombart e Max Weber, travou um duro debate com a Escola Austríaca, da qual sairia o marginalista Karl Menger. O debate, conhecido como a Guerra dos Métodos, apontaria duas possibilidades para a ciência econômica: uma ciência social, na qual a História encontra um lugar importante na análise das diferenças de desenvolvimento econômico entre as nações; e uma ciência abstrata, em que a economia se apresenta por meio de um conjunto de variáveis, cuja síntese se encontra no conceito de utilidade marginal.

A ideia de nação que Friedrich List apresenta se relaciona à concepção de História formulada pela Escola Histórica Alemã. Nesta, as histórias são histórias dos Estados nacionais e o passado destes deve ser incluído na análise proposta pela economia política. Daí, o centro de nosso argumento: há um ponto no século XIX

alemão para o qual confluem os seguintes processos: a constituição do capitalismo; a formulação de uma ideia de nação, específica, em razão da Alemanha não unificada; e uma dada forma de conceber a economia política, extremamente crítica em relação à economia política inglesa. É a conjunção desses três processos, que tem como produto a economia política de List, que pretendemos apresentar neste item.

O processo de unificação tardio, bem como o desenvolvimento industrial atrasado na Alemanha, foram matérias-primas fundamentais na fabricação de uma ideia de nação assentada em uma concepção essencialmente econômica de território. Na realidade, não há separação entre economia e política, uma vez que riqueza é sinônimo de poder e um Estado se define pelo conjunto de suas forças produtivas e pelo grau de desenvolvimento de sua indústria. Trata-se de uma noção que é um aprimoramento da noção mercantilista de território. Neste, no entanto, a economia é um prolongamento da esfera da política; não se define como uma esfera autônoma, senão, tão somente como política econômica. A observação é importante no sentido de deixar mais evidente a relação entre o cameralismo alemão do século XVIII e a economia política do século XIX. (CUNHA, 2013). Ambos caminham na contramão do livre comércio, afirmando a necessidade da unificação territorial e da constituição de um Estado alemão que faça frente à ascensão dos novos impérios, como o britânico e o francês:

“Para List, a tarefa da economia – que os alemães, desde então, tenderam preferencialmente a chamar de ‘economia nacional’ (*Nationaloekonomie*) ou de economia do povo (*Volkswirthschaft*) à ‘economia política’ – era a de ‘realizar o desenvolvimento econômico da nação e preparar sua entrada na sociedade universal do futuro’. É desnecessário acrescentar que esse desenvolvimento tomaria a forma de uma industrialização capitalista levada adiante por uma burguesia vigorosa”. (HOBSBAWM, 1991: 41).

A tardia unificação territorial é um elemento central na configuração da ideia de nação de Friedrich List. O anacronismo da Alemanha em relação à Grã Bretanha e à França é demais evidente para que os estudos de História sejam separados dos da economia política. A disputa entre os principados locais, reforçados pela Reforma Religiosa do século XVI, e a dinastia Hohenzollern, que detém o título do Sacro Império Romano Germânico, impede a formação de um poder central, expresso em um território unificado. Mantêm-se as tradicionais hierarquias medievais, caracterizadas pela fragmentação e regionalização do poder político. (ARRIGHI, 1996) A essa dificuldade, sobrepõe-se, a partir da crise geral do século XVII, a divisão entre leste,

mercado pelas grandes propriedades feudais produtoras para o mercado, e oeste, influenciado pelas reformas de Frederico I e depois pelas invasões napoleônicas. O resultado é que a Prússia, apesar de seus esforços, não consegue constituir um Estado alemão e é nessa dificuldade que reside a invenção da nação do século XIX, assentada principalmente sobre os elementos econômicos e políticos que caracterizam o capitalismo em sua fase de consolidação.

A forma como a unificação foi feita, começando pela constituição do território econômico para moldar o território político, indo do mercado para o Estado, na contramão dos demais países, demonstra os paradoxos da ideia de nação do século XIX. Apesar das prerrogativas do princípio da nacionalidade, segundo o qual cada povo tinha direito ao seu território, foi o grande território, congregando uma multiplicidade de povos, que prevaleceu e não o pequeno:

“List formulou uma característica do conceito ‘liberal’ de nação até então comumente considerada como garantida. A nação teria que ser de tamanho suficiente para formar uma unidade viável de desenvolvimento. Se caísse abaixo desse patamar, não teria justificativa histórica” (HOBSBAWM, 1991: 42).

Essa inversão de ordem entre a constituição do mercado nacional e a do Estado nacional na Alemanha é capaz de explicar muitas das confusões que se fez em torno da ideia de nação e da ideologia do nacionalismo. Nessa inversão, a ideia de nação se mostra como uma ideia de natureza essencialmente econômica. A identidade nacional é caracterizada pelo conjunto de forças produtivas de um país. Onde Estados nacionais precedem a consolidação do capitalismo, como é na maior parte dos Estados europeus, o nacionalismo inventa a nação, que legitima o Estado. Onde não há Estado nacional, como é o caso da Alemanha, a ideia de nação precede o nacionalismo. (BREUILLY, 1985). Desde a formação da Confederação Prussiana de 1815, nascida das negociações do Congresso de Viena, até a ascensão do II Reich, em 1870, é o mercado, encabeçado pelo Reino da Prússia, que comanda a unificação.

O projeto de União das Tarifas aduaneiras, que começa em 1815, toma mais força em 1839, com o *Zollverein*. As medidas de abolição das tarifas aduaneiras são muitas até 1870 e List é um ativo participante dos projetos até sua morte, em 1846. Embora tenha ficado exilado entre 1822 e 1841, não deixou de escrever sobre a união tarifária, inclusive influenciado pelas ideias de Alexander Hamilton, com quem teve contato entre 1825 e 1832, quando viveu nos Estados Unidos. Pela União Aduaneira, a

nação alemã seria finalmente construída. Ao menos é o que se esboça na economia política do autor, profundamente crítica à economia política liberal inglesa.

Antes de entrarmos na ideia de nação de nosso autor, algumas palavras sobre o liberalismo alemão são necessárias. E aqui apontamos um outro paradoxo indiretamente ligado à ideia de nação, o paradoxo do liberalismo protecionista. A favor de um governo liberal, seja em sua forma constitucional ou democrática, que é a forma de governo que nasce do espraio da Revolução Francesa pelo continente europeu (1815-1830), List também é profundamente protecionista. Para esclarecer as confusões em torno do paradoxo liberalismo/protecionismo, utilizamos Pierre Rosanvallon, para quem o liberalismo pode ser livre-cambista ou protecionista, dependendo dos interesses de classe. Neste sentido, uma coisa é a economia política, ciência crítica do presente capitalista e sempre crítica em relação a uma variante anterior. Outra coisa é o liberalismo, com o qual se relaciona o nacionalismo. Há que diferenciar a ciência da economia política da ideologia liberal.

A aparente paradoxo da coexistência entre liberalismo e protecionismo se explica porque o Estado guarda uma relação contraditória com o capitalismo e com seus interesses de classe. Se a finalidade última do primeiro é a acumulação de poder, utilizando os meios materiais para manter o monopólio de poder sobre determinado território, a finalidade das corporações capitalistas é a acumulação de riqueza material. Há momentos em que os interesses públicos e os privados se coadunam, mas há momentos em que entram em conflito. O Estado é mais interventor ou mais liberal de acordo com os interesses ligados à acumulação de capital, que podem ser fortes ou fracos, abrindo maior ou menor espaço à atuação da esfera pública. (ARRIGHI, 1996)

Há autores, como Gramsci, que caracterizam o nacionalismo como uma ideologia, entendendo por esta a imposição de um interesse da burguesia no capitalismo sobre as demais classes. A ideologia nacional seria uma forma de conferir uma identidade expressa em um plano comunitário, amenizando os conflitos de classe. O nacionalismo, apesar de relacionado com a ideologia liberal, não pode ser tratado, no entanto, como simples ideologia burguesa, porque, dessa forma, sua origem estaria sendo tomada como um dado, e não é isso que pretendemos com o estudo das histórias nacionais. As direções são múltiplas e podem ir do Estado para a nação ou da nação para o Estado. O nacionalismo intermedia a relação entre o plano político e o plano das ideias, mas há que nuançar o seu caráter de classe, evitando anacronismos.

Construir a nação em List implica em respeitar as múltiplas possibilidades de relação entre Estado, nação e nacionalismo, sabendo que a ideia de nação do autor em destaque, derivada de uma primeira crítica à economia política inglesa, precede o movimento nacionalista alemão. Conforme visto, a Alemanha em meados do século XIX inexistia. O que havia era um conjunto de principados conduzidos pelo peso das decisões econômicas prussianas.

A ideia de nação em List: precursora de um novo mundo

O *Sistema Nacional de Economia Política*, publicado em 1841, cinco anos da morte do autor, é composto por quatro livros: *A História*; *A Teoria*; *Os sistemas*; *As políticas*.

Atentar para a ordem de exposição é importante, porque demonstra, já de imediato, uma inversão em relação à construção de Adam Smith. Em List, a História é o primeiro dos livros e ocupa um lugar primordial na formulação dos argumentos. Apesar ainda do aspecto teleológico e evolucionista que caracterizam os herdeiros da Escola Histórica Alemã, a História não é simplesmente um conjunto de exemplos que servem para ilustrar a teoria. Ela é o ponto de partida. O objetivo é apreender as especificidades dos Estados-nação, em sua dimensão concreta, para, então, formular políticas econômicas direcionadas às múltiplas possibilidades de desenvolvimento. Os aspectos de política econômica, que compõem o terceiro e quarto livros, respectivamente, *Os sistemas* e *As políticas*, estão no centro da problemática da constituição da nacionalidade.

A economia política, objeto do segundo livro, assume, dessa maneira, uma posição diferente da ocupada pela economia política clássica. A economia política não consiste simplesmente na busca das leis naturais de funcionamento do mercado, mas em suas leis concretas. Ela se fundamenta na História e critica a economia política anterior, chamada por List de *cosmopolítica*, por ignorar a problemática nacional e, dessa forma, permanecer excessivamente abstrata. Ela também é fruto do seu tempo, da Era das Revoluções, e do processo de constituição de nacionalidades.

O segundo livro, *a Teoria*, apresenta os temas da economia política clássica circunscritos por aspectos bastante concretos: a constituição de forças produtivas nacionais; a definição de nacionalidade; o potencial manufatureiro das nações; a divisão

de trabalho nacional e a internacional, o papel das colônias e o poderio dos Estados. Estes aspectos definem a natureza econômica do poder de um Estado nacional.

Em síntese, é pela concretude e pragmatismo que se pode definir a obra de List: o primeiro livro começa com um movimento concreto em direção à História; o terceiro e quarto livros são as sugestões em torno de matéria de política econômica, práticas políticas, portanto; e, o livro segundo, apesar de intitulado *A Teoria*, não deixa de ser uma economia política de nações definidas concretamente pelos seus territórios e suas forças produtivas.

Concentraremos nossos esforços na análise do segundo livro, por ser aí que se encontra o maior número de referências à definição de nação. No entanto, faremos referências a outras parte no livro, na medida em que sejam necessárias para pensarmos a ideia de nação que surge no século XIX e da qual List é o principal expoente.

A primeira observação a se fazer sobre a nação em List é que ela deriva de uma concepção de sociedade que não se resume a um somatório de indivíduos isolados que se encontram pela esfera do mercado. Apesar de nação estar relacionada a mercado e é pela constituição de um mercado nacional que a ideia começa a ser forjada, nação tem uma base coletiva que não pode ser resumida a individualidades independentes colocadas em um mesmo território. Ela é algo diferente e é nesse sentido que a nação pode ser pensada como “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2005). Essa construção social conhecida como nação é, necessariamente, uma construção histórica. E é esse conjunto que é responsável pelo aumento da riqueza nacional:

Em toda parte e sempre, o bem-estar da nação tem sido proporcional à inteligência, à moralidade e à operosidade de seus cidadãos; é de acordo com esses fatores que a riqueza aumenta ou diminui. Todavia, a operosidade e a parcimônia, o espírito inventivo e a livre iniciativa por parte dos indivíduos nunca conseguiram realizar nada de importante se não estiveram apoiados na liberdade municipal, em instituições e leis públicas adequadas, em uma administração pública e em uma política exterior e, sobretudo, na unidade e no poderio da nação. (...) Em toda parte a História nos demonstra um intenso processo de ação recíproca entre as *forças e condições sociais* e entre as *forças e condições individuais*. (LIST 1989 (1841))

Usar a economia política para pensar a nação de forma coletiva implica em inverter um dos pressupostos fundamentais da economia política clássica: o de que a sociedade é um conjunto de indivíduos que, seguindo seus próprios interesses, aumentam o bem-estar social involuntariamente. É isso que, para List, confere à

economia política clássica um caráter universal, perdendo o seu poder explicativo para situações particulares. A economia política clássica acaba se tornando excessivamente abstrata e inútil para pensar o desenvolvimento nacional. A nação é a coletividade de List, assim como o modo de produção é a coletividade de Marx. A economia política de ambos critica a economia política clássica com base em dois aspectos: a História e a concepção que se tem de sociedade como algo diferente da soma de indivíduos.

A nação constitui uma unidade política *sui generis*, que se diferencia tanto de um conjunto de indivíduos, que, eventualmente, possam vir a estabelecer trocas no mercado, quanto de uma cidade-estado. O autor começa a argumentação do livro histórico justamente pelos italianos, com a finalidade de apontar que os sistemas de economia política, que correspondem ao conjunto de normas que dizem respeito a práticas de política econômica, podem se tornar obsoletos ao longo do tempo:

Do exemplo de Veneza, portanto – na medida em que tal exemplo puder ser aduzido contra uma política comercial protecionista em nosso tempo – não se pode deduzir nem mais nem menos do que o seguinte: uma cidade individual ou um Estado pequeno não pode estabelecer e manter tal política protecionista com êxito, se precisar competir com Estados e reinos grandes; também se pode inferir que qualquer potência que, mediante uma política protecionista, atingiu uma posição de supremacia manufatureira e comercial, pode – após ter atingido tal supremacia – voltar a adotar, com vantagem, a política do comércio livre. (LIST 1989 (1841): 13)

Interessante entender a sutileza do argumento histórico: cada unidade política, historicamente definida, deve ter o seu próprio sistema de economia política. O sistema mercantil, como Adam Smith intitula o que genericamente chamaremos de mercantilismo, ainda é um resquício das cidades-estados. Para List, no entanto, o sistema mercantil, criticado por Adam Smith, está muito mais próximo de um sistema necessário a uma nação do que o sistema de Smith. O sistema de livre comércio não seria o sistema mais adequado ao desenvolvimento de um Estado nacional, a não ser que todos já fossem desenvolvidos, o que é uma impossibilidade histórica. Da mesma forma como a cidade-estado tem o seu sistema de economia política, um Estado nacional deve ter o seu sistema de economia política e, fundamentalmente, ele deve estar assentado no protecionismo, como o mercantilismo propunha. List, no seu último livro, sobre os sistemas, denomina sistema industrial o sistema “erroneamente denominado ‘sistema mercantil’ pela Escola” da economia política clássica e sistema de valores de troca ao sistema “denominado erroneamente sistema ‘industrial’ pela Escola

de Adam Smith. Com estilo direto, o autor aponta para o equívoco de Smith em pensar que um sistema de livre comércio aumentaria a riqueza de uma nação:

No tocante às condições nacionais e internacionais, a doutrina de Adam Smith não passa de um prolongamento do sistema fisiocrático. Como este último, ignora a própria natureza das nações, procura excluir quase totalmente a política e o poder do Estado, pressupõe a existência de um estado de paz perpétua e união universal, subestima o valor de uma força manufatureira nacional, e os meios para se atingir essa meta, e exige liberdade absoluta de comércio. (LIST 1989 (1841): 235)

Para List, a natureza das nações residiria no conjunto de forças produtivas que as caracteriza. Logo se vê que a não-unificação alemã a coloca em um lugar desprivilegiado em relação às suas concorrentes no mercado internacional. Um território ainda não unificado aborta o pleno desenvolvimento das forças produtivas. Por outro lado, somente um Estado nacional pode ter colônias, que lhe permitam se dedicar principalmente ao desenvolvimento industrial. É do caráter de cooperação e complementaridade entre forças produtivas que deriva a tese protecionista do autor: um território unificado, para atingir seu pleno desenvolvimento, não pode estar sujeito ao livre comércio. As leis de livre comércio somente são válidas para Estados com níveis de desenvolvimento semelhantes. O protecionismo implica em um sacrifício temporário das forças produtivas materiais, que é compensado pela centuplicação das forças intelectuais e materiais (valor de troca) no momento seguinte. Se o reino da Prússia fosse tão desenvolvido quanto o Império Britânico, não haveria qualquer problema no livre comércio. Antes disso, é necessário que se desenvolva plenamente a manufatura. O desenvolvimento da manufatura está diretamente ligado ao grau de civilização e inteligência de uma nação, assim como de seus indivíduos. Um manufator é muito mais hábil e inteligente do que um agricultor. Enquanto isso não acontece, o trabalho intelectual britânico é bem vindo, porque, também é pela imitação de processos de países mais adiantados que é possível alcançar o desenvolvimento industrial.

É da ideia de trabalho imaterial ou intelectual que brota a concepção de forças produtivas de List. Para este, Smith tem uma visão excessivamente materialista sobre o trabalho, o que anula a aplicabilidade de sua economia política. As forças intelectuais precedem e desenvolvem o trabalho braçal, da mesma forma que a manufatura e o trabalho mental desenvolve o trabalho agrícola. Daí a importância do Estado no desenvolvimento da educação de um país:

Suas investigações [as de Smith] se restringem às atividades humanas que geram valores materiais. Quanto a isso, certamente reconhece que sua produtividade depende da ‘habilidade e da competência’ com as quais ela atua; mas, nas suas pesquisas sobre as causas dessa habilidade e competência, não vai além do que chama divisão do trabalho, explicando isso exclusivamente pela troca, pelo aumento do capital material e pela extensão dos mercados. Imediatamente, a sua doutrina afunda cada vez mais no materialismo, no particularismo, no individualismo. Se Smith tivesse seguido a ideia da ‘força produtiva’, sem deixar que sua mente fosse dominada pela ideia de valor, valor de troca, teria sido levado a perceber que, para explicar os fenômenos da economia, é necessário considerar, além da teoria dos valores, uma teoria independente das forças produtivas. (LIST, 1989 (1841): 99)

A teoria do valor trabalho é substituída, em List, pela teoria das forças produtivas. A prosperidade de uma nação não aumenta na proporção em que acumulou riqueza, mas na proporção em que acumulou forças produtivas: “Toda situação social de uma nação será sobretudo determinada pelo princípio da variedade e divisão de ocupações e da cooperação de suas forças produtivas”. (LIST, 1989 (1841)) Ao se fazer essa construção, a economia política é obrigada a levar em consideração os aspectos políticos de uma nação, não se limitando a investigar os valores de troca e a troca de valores (capital, lucro, salários e renda). Para List, é o aspecto político que torna a economia uma ciência real e diferente da economia cosmopolítica ou da economia da “escola popular”.

Vê-se aqui a essência do Estado que emerge da Primavera dos Povos. Ele é um Estado que se define pela nação, mas a nação, paradoxalmente, não é a pequena nação do princípio da nacionalidade, conforme faláramos no começo deste texto. O Estado se confunde com as fronteiras de seu império econômico. O princípio da divisão de trabalho, que, em Smith, baseia-se na divisão de trabalho entre indivíduos que seguem seus próprios interesses, em List, é essencialmente nacional. As mesmas forças que regem a divisão de trabalho nacional não podem reger a divisão de trabalho internacional, porque aqui, os interesses são outros: são interesses relacionados ao poder de um Estado, que é diferente dos interesses individuais. A concepção que Smith tem da sociedade, ou seja, da nação é a de uma síntese e não de um somatório de indivíduos, como é na economia política clássica e, mais radicalmente, na escola neoclássica: “a riqueza das nações se consegue de maneiras e por caminhos diferentes dos da riqueza de um rentista particular”. (LIST, 1989 (1841))

As bases do Estado-nação são duas: o seu território, grande e unificado, e a sua indústria. Da mesma forma como uma só manufatura prospera pela conjugação das forças produtivas dos indivíduos, o conjunto de manufaturas prospera pela conjugação de suas forças produtivas com as de outras manufaturas. No processo de unificação, entram dois instrumentos econômicos importantes: as uniões alfandegárias e os transportes. Com os melhoramentos dos transportes, os excedentes poderão ser transportados a todo o país e a complementaridade entre a indústria e a agricultura, bem como das indústrias entre si, podem ser exponenciadas. Aqui se vê bem concretamente que a economia é política e a política é econômica no capitalismo em processo de consolidação. Para Arrighi, essa relação entre acumulação de capital e acumulação de poder constitui uma relação dialética no capitalismo, sendo inseparáveis, portanto:

O estreito vínculo histórico entre capitalismo e o moderno sistema interestatal é marcado tanto pela contradição quanto pela unidade. Devemos levar em conta o fato de que ‘o capitalismo e os Estados nacionais cresceram juntos, e é de se presumir que tenham dependido um do outro de algum modo, mas os capitalistas e os centros de acumulação de capital, muitas vezes ofereceram resistência deliberada à ampliação do poder do Estado’ (Tilly, 1984: 140). (...) a divisão da economia mundial em jurisdições políticas concorrentes não necessariamente beneficia a acumulação capitalista de capital. Se ela o fará ou não depende basicamente da forma e da intensidade da concorrência. (ARRIGHI, 1996: 32).

Bibliografia

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Lisboa (Portugal): Edições 70, 2005.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Tradução Vera Ribeiro e Cesar Benjamin. Rio de Janeiro, RJ; São Paulo, SP: Contraponto: Editora da UNESP, 1996, c1994.

BOIANOVSKY Mauro. “Friedrich List and the Economic Fate of Tropical Countries History of Political Economy”. In *History of Economic Thought* (HOPE). Duke University Press, n.45, vol. 4, 2013.

BREUILLY, John. *Nationalism and the state*. Manchester, Manchester University Press, c1985

CUNHA, Alexandre Mendes. “Gottlob Von Justi (1717-1771) e o pensamento econômico cameralista”. 41º Encontro ANPEC. Foz do Iguaçu (PR), dez. 2013.

FONTANA, Josep. *Historia: análise do passado e projeto social*. Tradução: Luiz Roncari. Bauru: EDUSC, 1998.

GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Trad. Ines Vaz Pinto. Lisboa, Gradiva, 1993.

HOBBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1991.

LIST, Georg Friedrich. *Sistema nacional de economia política*. (1841). Trad. Port. 3ª ed. São Paulo, Nova Cultural, 1989.

PADULA, Raphael. “Resgatando pensadores”. *Oikos-Revista de Economia Heterodoxa*, n. 8, ano 6, 2007.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. Edições 70, Lisboa, 2012.

ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico: história da ideia de mercado*. Tradução Antonio Penalves Rocha. Bauru, SP, EDUSC, 2002.

TREVOR-ROPER, H.R. “A Crise Geral do Século XVII”. In SANTIAGO, Theo. (Ed.) *Capitalismo – Transição*. Rio de Janeiro, Eldorado, 1974.